

Carta anual de governança corporativa e políticas públicas 2017



Sumário

4_	A SANEPAR – IDENTIDADE DA EMPRESA
6_	POLÍTICAS PÚBLICAS
6_	1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS
7_	2. POLÍTICAS PÚBLICAS
8_	3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
9_	4. RECURSOS PARA CUSTEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
11_	5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
11_	6. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES
13_	7. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
13_	Controle de contas a receber
13_	Controle de contas a pagar
14_	Controle de contas correntes
14_	Elaboração de fluxo de caixa
14_	Execução orçamentária
15_	Controle de custos
16_	Controle do ativo imobilizado e do intangível
17_	Controle de recursos humanos
18_	Controle de investimentos em empresas ligadas
18_	Auditoria interna
19_	Precaução contra riscos
20_	8. FATORES DE RISCOS
21_	9. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
22_	10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este documento pode conter projeções e/ou considerações futuras referentes às perspectivas do negócio da Companhia de Saneamento do Paraná, que se baseiam exclusivamente nas expectativas da administração da SANEPAR em relação ao futuro. Essas estimativas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições, que incluem, entre outras: condições gerais econômicas, políticas, financeiras e comerciais nos mercados de atuação da Companhia. Investidores e potenciais investidores são aqui alertados de que nenhuma destas previsões é garantia de futuro desempenho, pois envolvem riscos e incertezas.

Carta anual de governança corporativa e políticas públicas

Nos termos do artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) subscreve a presente Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício social de 2017.

A SANEPAR – IDENTIDADE DA EMPRESA

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, que detém 20,03% do capital total e 60,10% do capital votante. A outra parte das ações pertence a acionistas minoritários. O *free float* (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

Com 7.165 empregados, a Empresa é responsável pela prestação dos serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e uma em Santa Catarina, além de 293 localidades de menor porte. A Empresa fornece água potável a 100% da população urbana dos municípios atendidos, coleta mais de 70% e trata 100% do esgoto

coletado. Na área de resíduos sólidos, a Companhia opera três aterros sanitários (Apucarana, Cianorte e Cornélio Procópio), atendendo sete municípios paranaenses. Em 2017, foram tratadas 62 mil toneladas de resíduos, beneficiando 289 mil pessoas.

A Sanepar detém também 40% da participação acionária da CS Bioenergia SA (sociedade constituída com a Catallini Bioenergia) para explorar a produção de energia a partir do lodo de esgoto, na unidade de biodigestão localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba. A potência instalada é de 2,8 MW, e a previsão de produção de energia por ano é de 22,4 GW/h. Essa atividade atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

Dados gerais

CNPJ	76.484.013/0001-45			
NIRE	1.300.048.436			
Sede	Curitiba/Paraná			
Tipo de estatal	Sociedade de economia mista			
Acionista controlador	Estado do Paraná (76.416.940/0001-28)			
Tipo societário	Sociedade Anônima			
Tipo de capital	Aberto			
Abrangência de atuação	345 cidades no Paraná e uma em Santa Catarina, além de 293 localidades de menor porte			
Sector de atuação	Fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto e gerenciamento de resíduos sólidos rurbanos			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Nome	Telefone	E-mail	
	Paulo Rogério Bragatto Battiston	(41) 3330-3033	paulorbb@sanepar.com.br	
Auditores Independentes atuais da empresa	Empresa	Nome	Telefone	E-mail
	BDO RCS Auditores Independentes	Gilberto Souza Schlichta	(41) 3244-0301	gilberto.souza@bdobrazil.com.br

Administradores subscritos

Conselho de Administração

Nome	Cargo	CPF
Mauro Ricardo Machado Costa	Presidente do Conselho	266.821.251-00
Adriano Cives Seabra	Conselheiro de Administração	016.480.547-81
Eduardo Francisco Sciarra	Conselheiro de Administração	172.073.209-49
Elton Evandro Marafigo	Conselheiro de Administração	470.211.529-49
Ezequias Moreira Rodrigues	Conselheiro de Administração	205.909.389-91
Luiz Carlos Brum Ferreira	Conselheiro de Administração	149.201.580-68
Marcia Carla Pereira Ribeiro	Conselheiro de Administração	553.011.189-00
Michele Caputo Neto	Conselheiro de Administração	570.893.709-25
Paulinho Viapiana	Conselheiro de Administração	360.033.109-44

Diretoria

Nome	Cargo	CPF
Mounir Chaowiche	Diretor-Presidente	394.463.109-97
Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	880.135.889-04
Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	005.574.599-74
Glauco Machado Requião	Diretor de Meio Ambiente e Ação Social	872.184.379-15
João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	403.280.829-53
Luciano Valério Bello Machado	Diretor Administrativo	435.041.169-00
Paulo Alberto Dedavid	Diretor de Operações	186.915.109-78
Paulo Rogério Bragatto Battiston	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	120.906.678-50

Políticas públicas

A Lei 13.303/2016, no artigo 8º, incisos I, III e VIII, solicita ampla divulgação explicativa dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, assim

como a divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 23 de janeiro de 1963 foi sancionada a Lei Estadual nº 4.684, que constituiu a Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR), como sociedade por ações. Em 1964, a Lei Estadual nº 4.878, altera a denominação da Agepar para Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

A Sanepar tem como objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Sanepar e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atin-

gir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

A Sanepar ainda colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, por meio de concessões municipais, de acordo com o Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007) associado às leis que regem o setor. Os contratos são de longo prazo, 30 anos, incluindo a execução de obras, a conformidade com a legislação sanitária e ambiental e a evolução dos níveis de atendimento com foco na melhoria da qualidade de vida da população. A Sanepar totaliza 95% de contratos de programa/concessão vigentes.

Perfil dos Contratos

346 concessões municipais

Tipo	Vigência
159 contratos de programa	332 contratos vigentes
187 contratos de concessão	14 contratos vencidos (em negociação)

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo social da Empresa é representado por meio de sua Missão, que é a de “prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida”. O quadro abaixo representa como a Saneapar atende os 346 municípios e 293 localidades de menor porte, e quais são as principais entregas feitas à sociedade.

Atuação	Foco estratégico	Ativos	Entregas para sociedade
Abastecimento de água	água não pode faltar e qualidade é condição de fornecimento	166 ETAs	100% cobertura com rede de água 99,8% de índice de conformidade da água distribuída
		1.058 poços	
		4 barragens	
		3.087.160 ligações de água	
		52.892 Km de rede distribuição	
Esgotamento sanitário	Universalização, monitoramento da qualidade dos serviços e redução do impacto ambiental	243 ETEs	70,6% de cobertura com rede de esgoto
		2.040.292 ligações de esgoto	100% de tratamento do esgoto coletado
		35.264 Km de rede coletora	
Gestão de resíduos sólidos urbanos	Crescimento e diversificação	3 aterros sanitários	100% de tratamento dos resíduos coletados 62,1 mil toneladas de resíduos tratados por ano

Essa ampla atuação requer investimentos constantes como forma de garantir a excelência na prestação dos serviços de saneamento. Para isso, foram aportados R\$ 5 bilhões nos últimos sete anos. Somado aos bons resultados registrados durante 2017, com o aumento de 9,5% do lucro líquido em relação a 2016 (R\$ 686,2 milhões), a Companhia se coloca em ótima posição no mercado.

O compromisso de atender todos os paranaenses levou a Empresa a criar a Tarifa Social, denominada Homero Oguido conforme Decreto 2.460/2004, como forma de garantir o acesso à água tratada e aos serviços de coleta e tratamento de esgoto com preço reduzido aos cidadãos de baixa renda, que se enquadram nos requisitos previstos. Em 2017, mais de 186 mil famílias se beneficiaram desse programa com preço de R\$ 13,20 para até 5m³

(R\$ 8,80 da tarifa de água e R\$ 4,40 do esgotamento sanitário). Esse montante representou 5,3% do total de economias de água da Companhia, equivalendo a um subsídio de quase R\$ 97 milhões.

O outro benefício da Tarifa Social é a contribuição direta para a saúde e o bem-estar das famílias atendidas. No médio prazo, o Estado também deixa de gastar com futuros tratamentos de doenças decorrentes da falta de saneamento. Micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais enquadrados no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado, assim como entidades filantrópicas registradas nos órgãos públicos, também contam com a tarifa diferenciada.

3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de Planejamento Estratégico da Sanepar considera Missão, Visão, Valores e Políticas institucionais para formular os objetivos, as estratégias e as metas corporativas. Por sua vez, as orientações estratégicas norteiam os planos de ação e o desdobramento das metas dos indicadores estratégicos e operacionais em todos os níveis da Companhia.

Os indicadores estão definidos e são gerenciados com base na metodologia BSC (Balanced Score Card), de forma a demonstrar a correlação entre eles e os objetivos estratégicos representados no Mapa Estratégico. Isso permite acompanhar com precisão o andamento da gestão frente às metas traçadas a fim de atender as diretrizes, estratégias e as políticas públicas. Nesse sentido, os princípios e objetivos estratégicos da Sanepar são representados no Mapa Estratégico.



Indicadores estratégicos e metas para 2017

Perspectiva	Indicador	Meta
Sustentabilidade	IME - Margem EBITDA(%)	34,8
	ROIC - Retorno sobre capital investido (%)	10,5
	ROE – Retorno sobre o patrimônio (%)	13,8
	Evasão de Receitas II (%)	1,5
Clientes	Acréscimo economias de água	38.103
	Acréscimo economias de esgoto	88.381
	Índice Satisfação dos Clientes Externos (%)	78
	IARDA – Índice de atendimento com rede de água (%)	100
	IARCE – Índice de atendimento com rede coletora de esgoto (%)	70
Processos	ICP – Índice de conformidade ao padrão de potabilidade (%)	99,8
	IPL – Índice de perdas (Litros/Ligação/Dia)	229
	Índice de tratamento de esgoto (%)	99,8
Pessoas	Índice de Satisfação dos Empregados (Nota)	7,5
	Índice de Produtividade de Pessoal Total (Lig/Empregado)	443

A análise do desempenho estratégico e operacional ocorre de forma descentralizada nos diversos níveis da Companhia, alinhada ao planejamento estratégico e atendendo a Diretriz Estratégica de gestão por resultados. Para isso, a Sanepar utiliza os resultados dos indicadores apurados, agregados e estratificados por níveis organizacionais e perspectivas

do Mapa Estratégico, por meio do sistema de reuniões que acontece sistematicamente em todos os níveis da Empresa. Esses resultados, apurados mensalmente, assim como o registro das análises de desempenho, são armazenados e disponibilizados em sistemas informatizados.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os recursos financeiros, essenciais para atender as necessidades operacionais e manter equilibrado o fluxo financeiro da Companhia, são garantidos pelas receitas provenientes dos recebimentos de tarifas de água, esgoto, água industrial, resíduos sólidos e serviços e, das emissões de debêntures públicas (em que constam como finalidade na escritura, a possibilidade do recurso ser destinado ao capital de giro da Companhia).

Por outro lado, a empresa realiza investimentos constantes por meio do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), para prestar os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos, sem perder de vista a expansão e a garantia da qualidade da prestação desses serviços. O PPI é elaborado com uma visão de cinco anos, considerando estudos técnicos preliminares, planos diretores de saneamento, diagnósticos operacionais e ambientais, e demandas dos sistemas de abastecimento das localidades, além dos compromissos assumidos, como as metas dos contratos

de programa e de concessão, e possíveis adequações para o cumprimento de exigências ambientais suplementares.

Os investimentos de curto, médio e longo prazos também estão previstos no PPI, que inclui os projetos com fontes de recursos asseguradas por meio de financiamento ou orçamento da empresa, e aqueles para os quais é necessário a captação de recurso. Em 2017, todos os 346 municípios atendidos pela Sanepar foram contemplados com investimentos em água ou esgoto; foi iniciada a obra da Barragem Miringuava; e as obras do sistema de esgotamento sanitário no Litoral foram antecipadas em quase um ano em relação ao cronograma previsto.

Os recursos para os investimentos são geridos de duas formas:

- Recursos próprios: anualmente é disponibilizado um montante cujo valor tem como base a capacidade financeira da empresa.

• Recursos financiados: após a identificação das demandas pelas áreas responsáveis, a Diretoria de Investimentos, responsável pela captação desses recursos, define a fonte de financiamento mais favorável para a Sanepar conforme a aplicação

do recurso, sempre alinhado à manutenção do equilíbrio do fluxo financeiro em longo prazo. Hoje, a Sanepar capta recursos para os investimentos junto a Caixa Econômica Federal, BNDES, emissão de debêntures e locação de ativos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	2017		2016		Total	
			Circulante	Não Circulante	Total Circulante	Não Circulante		
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série	0,87%	DI	82.394	-	82.394	3.566	79.803	83.369
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série	0,90%	DI	5.113	169.726	174.839	7.822	169.315	177.137
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	0,67%	DI	-	-	-	111.886	-	111.886
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	0,72%	DI	189.372	-	189.372	1.225	188.819	190.044
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	0,74%	DI	67.319	-	67.319	68.997	66.690	135.687
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.092	130.795	131.887	1.130	127.166	128.296
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	32.069	54.252	86.321	34.393	92.168	126.561
Banco do Brasil – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.400	15.760	19.160	3.406	19.129	22.535
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.374	69.563	81.937	12.284	80.788	93.072
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	20.592	104.870	125.462	20.551	118.953	139.504
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	16.500	92.750	109.250	16.378	107.718	124.096
Banco Itaú – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.588	18.669	22.257	3.595	22.211	25.806
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	21.026	174.937	195.963	10.162	170.597	180.759
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	10.797	90.201	100.998	4.680	78.955	83.635
BNDES – PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	26.263	210.332	236.595	17.934	160.215	178.149
Arrendamento Mercantil Financeiro	13,17%	IPC - FIPE	3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	66.668	849.743	916.411	60.592	809.838	870.430
Saldos no Final do Período			562.548	2.154.290	2.716.838	379.163	2.332.911	2.712.074
Empréstimos e Financiamentos			131.988	1.148.756	1.280.744	119.920	1.103.561	1.223.481
Debêntures			426.579	832.842	1.259.421	258.681	1.188.804	1.447.485
Arrendamento Mercantil Financeiro			3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da Sanepar para operar em um mercado de serviços públicos (também liberado à iniciativa privada) está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e, principalmente, no atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas. Os resul-

tados positivos da Companhia demonstram o bom desempenho econômico-financeiro que, por sua vez, permitem a sustentação dos programas de investimentos (atuais e futuros) para atendimento das políticas públicas. Os principais indicadores estratégicos da Sanepar para a tomada de decisão sobre investimentos são:

Indicadores estratégicos

Indicadores	Objetivo
IARDA (Índice de atendimento com rede de água)	Ampliar parcerias com as Instituições públicas e Poder Concedente assegurando a universalização do atendimento com água tratada;
IARCE (Índice de atendimento com rede coletora de esgoto)	Buscar fontes de recursos e subsídios financeiros que possibilitem a ampliação do atendimento com rede e tratamento de esgoto de forma sustentável;
ROE (Retorno sobre o patrimônio)	Priorizar os investimentos adequados à metodologia regulatória, a máxima eficiência nos custos e despesas, sempre cumprindo as metas pactuadas no Planejamento Estratégico e linhas de financiamentos com custo financeiro menor do que o regulatório.
ROIC (Retorno sobre capital investido)	Busca priorizar os investimentos adequados à metodologia regulatória, a máxima eficiência nos custos e despesas, sempre cumprindo as metas pactuadas no Planejamento Estratégico.

6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores avaliam o ano de 2017 para a Sanepar como excepcional, levando-se em consideração o cenário do país que neste último ano apresentou uma leve recuperação econômica depois de um difícil período recessivo. A Companhia registrou bons resultados durante o ano, como aumento de 9,5% do lucro líquido em relação a 2016, e investimentos vultosos na ordem dos R\$ 5 bilhões nos últimos sete anos, que colocaram a empresa em ótima posição no mercado.

Mas se sobressair em meio a condições externas pouco favoráveis é fruto de uma série de compromissos bem tra-

çados nos últimos anos. O principal deles foi a adoção de uma administração moderna, empresarial, sem perder a função da empresa pública que tem um caráter social. Dentro desse aspecto, cabe ressaltar a Tarifa Social e o Programa Caixa-D'Água para famílias de baixa renda, como exemplos de ações que movem a Empresa a atender todos os paranaenses e levam ao cumprimento da sua Missão.

Porém, para que a Companhia cumpra seu papel mantendo-se como uma empresa pública eficiente é necessário buscar resultados financeiros e a sustentabilidade dos negócios. Para isso, foram adotadas medidas, com riscos

bem calculados, como o re-IPO realizado em 2016, quando o país vivia sua recessão na plenitude. Com os recursos captados, a Empresa avançou para uma maior liquidez, que interferiu de forma exitosa no desempenho de 2017.

A adesão ao Nível 2 de Governança da B3 (antiga BM&FBovespa) reforçou ainda mais o compromisso com a transparência, equidade, prestação de contas e sustentabilidade, implicando em uma série de novas exigências referentes à Governança da Corporativa, que resultam num amadurecimento da Companhia.

De um ano para o outro, a Sanepar registrou aumento de 1.750% no número de investidores. Ele saltou de 2 mil, em 2016, para 35 mil, em 2017, provando o reconhecimento da Empresa pelo mercado. A Companhia, além das ações ordinárias e preferenciais, passou também a negociar Units. Cada Unit é formada por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais. Em dezembro, acionistas da Sanepar, em uma Oferta Pública Secundária, venderam 18,85 milhões de Units, o que rendeu aos mesmos mais de R\$ 1 bilhão, fruto da forte demanda dos investidores pelos papéis da Companhia. Na Oferta Pública Secundária o acionista Estado do Paraná vendeu o excedente de ações que possuía, permanecendo com 60,10% das ações ordinárias, ou seja, do capital votante.

O aspecto financeiro foi um dos frutos de uma gestão empresarial mais moderna. Outros ainda podem ser citados como as mudanças realizadas no processo de gestão de pessoas, focando a formação de líderes, e a reafirmação da posição da Sanepar como cuidadora do meio ambiente ao abrigar projetos como a revitalização dos rios urbanos; o programa Moringa Cheia, uma parceria com produtores rurais para que eles recomponham as áreas de mananciais de suas propriedades; e a qualificação de seus próprios profissionais para a gestão ambiental, dentre outras práticas.

A Companhia prosseguiu em 2017 com investimentos na ordem de R\$ 880,5 milhões (18% a mais que em 2016), em sistemas de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Por meio desses aportes, a Sanepar realizou 86.808 novas ligações de esgoto e 61.380 novas ligações de água. O volume faturado de água foi de

549,1 milhões de m³, índice 7% menor que em 2016 - importante ressaltar que houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³. O volume faturado de esgoto foi de 393,7 milhões de m³, redução de 3,6% em relação a 2016. O número de ligações à rede de coleta de esgoto chegou a 2.040,3 milhões. Um dos aspectos da eficiência operacional pode ser demonstrada pelo volume médio de perda de água, que representou 34,5% em 2016 (abaixo da média nacional, de 38,1%). A Sanepar também investe na melhoria da infraestrutura, como a atualização de cerca de 400 mil hidrômetros em 2017.

Importante destacar o trabalho executado nos laboratórios da Sanepar que realizaram em torno de 1,937 milhão de análises (parâmetros bacteriológicos e físico-químicos) de água e 76.946 de esgoto. O reconhecimento da qualidade desses serviços é demonstrado pelo índice de conformidade na distribuição de água (99,8%) e na satisfação dos clientes, que alcançou 83,5% dos consumidores em 2017.

Embora o Estado venha passando por um crescimento no número de imóveis e da população, a Sanepar conseguiu manter o atendimento de 100% de abastecimento de água tratada da população urbana em 345 municípios (dos 399 existentes no estado do Paraná), além de Porto União em Santa Catarina. Em 2017, a Companhia alcançou o índice de 70,6% da população urbana atendida com sistema de esgotamento sanitário nas regiões assistidas pela Empresa. Houve extensão da rede coletora de esgoto (de 31 para 33 mil km) e foram concluídas as ampliações da Estação de Tratamento de Esgoto Atuba Sul e a primeira fase das obras da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, ambas em Curitiba. Do volume de esgoto coletado, 100% recebem tratamento.

Outra atuação primordial da Sanepar é seu trabalho junto aos municípios para ampliar o número de contratos adequados à legislação do saneamento público no Brasil, em especial, a Lei dos Consórcios Públicos (Lei 11.107/2005) e o Marco Regulatório do Saneamento (Lei 11.445/2007). Durante o ano de 2017 foram assinados 15 Contratos de Programa, que preveem bonificação às prefeituras de 50% na tarifa de água consumida em prédios públicos, como escolas, creches, sedes administrativas e unidades de saúde.

7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sanepar mantém controles internos que permitem o acompanhamento criterioso de suas diversas atividades. Uma abordagem geral sobre eles nas principais áreas da Companhia é apresentada a seguir:

CONTROLE DE CONTAS A RECEBER

As contas de água, esgoto e serviços são entregues para todos os clientes mensalmente. A atividade de leitura e a entrega de contas ao consumidor é feita por empregados treinados, que seguem um roteiro ao realizarem a leitura e registrarem os dados em um microcomputador específico (MCP) que calcula, imprime a conta e ela pode ser entregue ao cliente. Esse sistema permite uma economia com custos administrativos e resulta em uma receita mais rápida da soma de contas pagáveis. Caso a leitura seja rejeitada pelo MCP, o empregado descarrega os dados em outro sistema preparado para avaliá-los e uma equipe analisa essas informações para ajustar a conta. Nos casos de anormalidades, quando ocorre alguma impossibilidade de leitura, por exemplo, a conta será emitida conforme a média de consumo dos últimos cinco meses.

Por sua vez, os clientes podem efetuar o pagamento por meio dos agentes arrecadadores (farmácias, lojas, entre outros), bancos e seus correspondentes bancários nas modalidades: guichê de caixa, DAA (Débito Automático Autorizado), internet banking e autoatendimento.

Em relação aos agentes arrecadadores, todos os dias eles emitem um protocolo (anexados em canhotos e encaminhado às áreas responsáveis da Empresa) informando o total do valor arrecadado, com o reconhecimento de que o repasse será feito à Companhia por meio de conta corrente no prazo de dois dias. Caso a transferência não seja feita, a Sanepar entra em contato para que eles regularizem o débito. A baixa nas faturas dos clientes que escolhem essa forma de pagamento acontece por meio de conciliação bancária com o Sistema de Gerenciamento Comercial (SGC no módulo de arrecadação) por meio de transmissão de arquivos.

Os pagamentos por meio de débito em conta corrente são gerenciados pela USCM – Unidade de Serviço de Gestão Comercial e Marketing da Sanepar. O sistema da Empresa envia para os bancos a relação de todas as contas a serem pagas dessa forma. Os bancos, por sua vez, realizam o crédito total para a Sanepar, encaminhando um aviso para o setor financeiro da Companhia. A USCM também é responsável pelo trabalho de conciliação dos valores recebidos pelos bancos e agentes arrecadadores, e resolução de pendências. Os controles internos de contas a receber da Sanepar são eficientes para evitar erros que possam impactar a receita da Empresa ou causar transtornos aos clientes.

CONTROLE DE CONTAS A PAGAR

A Sanepar busca honrar seus compromissos junto aos credores nos prazos contratados, na maioria de 30 dias, por meio de crédito em conta corrente. Para a quitação dessas obrigações, a Empresa utiliza duas fontes básicas: geração interna de caixa e financiamentos junto aos órgãos financiadores para execução de programas de investimento (Caixa Econômica Federal, BNDES e mercados de capitais, etc).

Os controles internos de contas a pagar são basicamente efetuados pela Unidade de Serviço Finanças – USFI, no qual são concentrados todos os pagamentos da Companhia.

Os pagamentos relacionados à aquisição de materiais ou serviços só são realizados depois da autorização do gerente da unidade no verso da nota fiscal. Por sua vez, o próprio funcionário que recebe o material ou serviço se responsabiliza pela digitação no sistema financeiro para pagamento, após a aprovação do gerente. No entanto, a compra de materiais/contratação de serviços está vinculada a uma série de condições pré-estabelecidas pela Empresa registradas em contratos assinados entre as partes. Existem limites de valores determinados para essas finalidades que obedecem a normas internas. E todos os pagamentos são aprovados por um procurador e um diretor ou por dois diretores.

Os pagamentos são vinculados ao vencimento de cada documento e registrados no sistema financeiro. Mas eles só são efetuados depois de verificação da documentação original. Os pagamentos diários realizados via interface de sistemas com o banco são conferidos no dia seguinte por meio de arquivo enviado pela USFI, denominado "listagem dos pagamentos efetuados". A documentação passa também pela conferência da Unidade de Serviço Contábil – USCT e depois é arquivada.

O pleno controle dos pagamentos da Companhia se baseia em sistemas totalmente interligados entre departamento financeiro e contábil, que permitem também emissão de relatórios, consulta da posição dos credores, emissão automática de débitos bancários, retenção e recolhimento de impostos, contabilização diária, controle das contas correntes, controle dos contratos com terceiros etc.

Em relação aos pagamentos de folha de pessoal, encargos sociais e tributos, eles são controlados a partir das informações enviadas pela unidade responsável. Os registros gerados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH são interligados ao Sistema Financeiro – SFI, são conferidos pela contabilidade mediante relatórios da Unidade de Serviço de Recursos Humanos – USRH, entre eles: "resumo da folha", "relatório valor do INSS" e para os demais encargos. Os pagamentos são centralizados, permitindo ganhos de escala na administração dos recursos financeiros e especialização profissional dos empregados. As baixas dos compromissos financeiros da Companhia são on-line a partir da efetivação dos respectivos pagamentos.

Os controles de contas a pagar da Sanepar se mostram adequados e atendem às necessidades da Empresa, evitando erros que possam ser significativos para as operações tomadas em conjunto.

CONTROLE DE CONTAS CORRENTES

A Sanepar não efetua transações em regime de contas correntes com pessoas físicas ou jurídicas ligadas e por essa razão não possui os respectivos controles.

ELABORAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A elaboração do fluxo de caixa da Sanepar está sob a responsabilidade da gerência financeira (Unidade de Serviços Finanças – USFI) que tem registros diários em conformidade com as informações fornecidas pelas demais áreas de controle dos fluxos financeiros de contas a pagar e de contas a receber.

O saldo das disponibilidades financeiras é obtido pela tesouraria (Unidade de Serviços Finanças – USFI) e posteriormente repassado para a coordenação de planejamento financeiro para controle do fluxo de caixa diário. O saldo das despesas é gerado por meio do relatório de "resumo das formas de pagamentos efetuados – PPG 77", alimentado automaticamente pelas áreas nas quais as despesas incorridas são usadas diariamente para efetuar o fluxo de caixa operacional da Sanepar. Por sua vez, o fluxo de caixa é atualizado diariamente, semanalmente e mensalmente, sendo que ao final do mês é realizado o confronto do total realizado (fluxo de caixa) com o orçamento.

Considerando que os dados usados para a elaboração do fluxo de caixa têm origem em aplicativos cujos controles foram avaliados como eficazes, e que sua elaboração e uso são diários. Os procedimentos de elaboração e uso do fluxo de caixa na Sanepar se mostram adequados e atendem às necessidades correntes da Companhia.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Sanepar utiliza o orçamento de caixa e a execução orçamentária para condução do seu planejamento financeiro, com o objetivo de prever gastos operacionais e necessidades de investimentos. As previsões orçamentárias são elaboradas para períodos plurianuais, anuais, mensais e diários. Entre os principais objetivos da elaboração orçamentária na Companhia estão:

- Prever as necessidades de captação de recursos de forma a manter a liquidez
- Empregar de forma eficaz os recursos disponíveis
- Saldar as obrigações no vencimento
- Planejar e controlar os recursos financeiros melhorando e controlando as atividades de planejamento de receitas e despesas, os prazos médios operacionais (contas a pa-

gar, a receber, estoques) e a determinação das necessidades de capital de giro.

- Analisar as fontes de créditos onerosas de forma a minimizar o custo de utilização das mesmas
- Determinar os saldos de caixa ao final de cada período orçado e determinar com a máxima aproximação possível os seus valores e as datas mais prováveis em que ocorrerão os pagamentos ou recebimentos do período orçado.

A Sanepar acompanha diariamente a execução orçamentária comparando os valores previstos com os efetivamente realizados. Para tanto, são realizadas comparações, mensais e anuais das principais contas, como:

- Receitas operacionais
- Receitas financeiras e outras receitas
- Saídas operacionais (pessoal, material, serviços de terceiros, gastos gerais, impostos, serviço da dívida, juros sobre capital próprio)
- Entradas de recursos de fontes externas (CEF, BNDES e outros)
- Saídas de recursos para investimentos (obras de implantação e ampliação de água/esgoto). Periodicamente são feitas revisões orçamentárias de forma a corrigir eventuais distorções com relação ao inicialmente previsto, principalmente em virtude de: variações nos índices econômicos que tem impacto sobre o custo dos financiamentos (TR, TJLP, IPCA, DI, IPC-FIPE e Taxa de Juros), aumento nos custos dos materiais e serviços de terceiros, reajuste tarifário e a obtenção de novos financiamentos.

O Sistema Orçamentário da Sanepar abrange todas as unidades da estrutura da Companhia e exerce importante papel na busca das diretrizes estratégicas, bem como na alocação dos recursos financeiros.

CONTROLE DE CUSTOS

O controle e gestão dos custos da Companhia tem como principal ferramenta o Sistema de Custos – SCT, com acessos on-line controlados em todas as unidades. Uma das funcionalidades do sistema é permitir a transferência das despesas, custos e capitalizações entre as unidades por meio das Notas de Serviços Internos – NSI. O sistema também possui um módulo gerencial, com apresentações de demonstrativos

com valores e indicadores, segregados por sistemas operacionais, por unidades da estrutura e da corporação.

A formação do custo da Companhia está caracterizada na alocação direta dos gastos com pessoal, material, prestação de serviços, depreciação, energia elétrica, material de tratamento e outros, apropriados nas unidades da estrutura, no tratamento e distribuição de água e na coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos.

- **Pessoal:** os empregados são separados por lotação e alocados por centros de custos de acordo com a estrutura contábil. Cada lotação está atrelada ao código contábil que identifica e relaciona com os respectivos custos e despesas. Pelo processamento da folha de pagamento de pessoal, os custos e despesas são direcionados automaticamente pela lotação para as contas administrativas, comerciais, de operação, produção, distribuição e manutenção.
- **Depreciação e amortização:** o controle, movimentação e gestão dos bens patrimoniais (equipamentos, edificações, redes, tubulações, hidrômetros etc.) são realizados no Sistema de Gestão Patrimonial. Os Bens Patrimoniais são identificados por centro de custo contábil, de acordo com a sua localização nas unidades de estrutura e nos sistemas operacionais, os custos diretos da depreciação e amortização são repassados por integração para o Sistema Contábil.
- **Energia elétrica:** a companhia possui cadastro por localização de todos os seus medidores de energia elétrica por centro de custo contábil. A Companhia Paranaense de Energia – Copel disponibiliza arquivo de todo o faturamento por cliente/medidor via internet. Os valores são integrados ao Sistema Contábil de acordo com a unidade de estrutura e de operação identificados. Os custos das demais Companhias, também são segregados por local de operação, porém os valores são incluídos na programação do pagamento das faturas no Sistema Financeiro, posteriormente são transmitidos para o Sistema Contábil.
- **Materiais de tratamento:** são solicitados pelas unidades operacionais por meio das Requisições de Materiais – RMA, no Sistema de Administração de Materiais. No momento da requisição é identificado o sistema e unidade operacional para aplicação do material. Na integração do

Sistema de Materiais com o Sistema Contábil, os custos são alocados automaticamente de acordo com o informado em cada requisição de materiais.

Existem outros custos e despesas integrados do Sistema Financeiro diariamente para o Sistema Contábil. Eles são alocados diretamente pelas unidades para os locais de aplicação do material e execução dos serviços, na inclusão para programação de pagamento de cada documento fiscal. O Sistema de Custos apropria custos das Despesas Corporativas e das Estruturas das Unidades por meio de rateios para os Sistemas Operacionais. Estes valores são integrados ao Sistema Contábil. Todos os valores dos diversos sistemas corporativos integrados ao Sistema Contábil são repassados ao módulo gerencial do Sistema de Custos. A Unidade de Serviço Contábil - USCT faz o acompanhamento mensal dos custos, analisando a evolução das contas e ajustando possíveis inconsistências. O maior controle é realizado pelas Unidades geradoras dos custos. Elas executam a gestão dos custos, analisando a evolução e comparação com os valores orçados e metas estabelecidas.

O sistema de custeio da Sanepar é alimentado por informações geradas por aplicativos cujos controles são eficazes. Além disso, os custos são monitorados pelo Sistema Orçamentário em nível de unidade de estrutura, seus controles proporcionam um nível adequado de segurança.

CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO E DO INTANGÍVEL

O Imobilizado e Intangível da Companhia são divididos basicamente em dois processos controlados de formas distintas: Imobilizado e Intangível em uso e Projetos e obras em andamento ou em curso. Os procedimentos para controle de cada um são:

Imobilizado e Intangível

Adições: efetuadas por meio de pedidos de aquisição que são submetidos à aprovação dos gerentes e da diretoria, conforme o valor envolvido na compra e é regulamentada por norma interna (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC) e conforme orçamento pré-estabelecido. A Companhia classifica as adições em:

- Centralizadas: quando a compra é feita pela Unidade de Serviço de Aquisições – USAQ e distribuída pela Unidade de Serviço de Materiais – USMA para as unidades requerentes

- Descentralizadas: as próprias unidades da estrutura efetuam a compra, sempre respeitando os limites estabelecidos pela norma interna de compra (Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC).

Baixas: o processo de baixa é global, elaborado por um grupo de pessoas (comissão de baixas), que tem a função de analisar as solicitações de baixas feitas pelas unidades detentoras dos bens, elaborar os processos de baixas, e enviá-los à diretoria para aprovação.

Reposição: a reposição de bens é realizada mediante solicitação das unidades detentoras do bem, para em seguida ser avaliada pelas diretorias detentoras dos processos, obedecendo a critérios técnicos e de obsolescência previamente estabelecidos. A baixa do bem a ser repostado entra no processo normal de baixa com aprovação da comissão de baixas e da diretoria.

Manutenção: há normas que disciplinam a manutenção dos bens e que é efetuada pelas diretorias detentoras dos processos, conforme solicitação das unidades que detém o patrimônio, em conformidade com as práticas usuais para cada situação.

Controles físicos: os inventários são feitos anualmente, coordenados pela Coordenação da Contabilidade Patrimonial - Unidade de Serviço Contábil (CCTPT - USCT), seguindo normas específicas internas. Cada unidade faz o levantamento dos seus bens, e os ajustes são processados no Sistema de Gestão Patrimonial.

Amortização e Depreciação: as taxas de amortização e depreciação são determinadas de acordo com a natureza do bem patrimonial, estabelecidas em função do prazo de vida útil estimado. Os bens são amortizados e depreciados unitariamente e o resultado oferecido para a contabilização é analisado mensalmente pela CCTPT - USCT.

Projetos e obras em andamento

No caso de obras, são contratadas empreiteiras por intermédio da USAQ (Unidade de Serviço de Aquisições, para obras maiores) ou pelas próprias unidades (obras pequenas, ou melhorias e reformas e que não necessitem da contratação de empreiteiras). Elas são acompanhadas por engenheiros responsáveis das Unidades de Serviço de Projetos e Obras – USPO. Todas são realizadas com aprovação da diretoria, ou individualmente ou, ainda no orçamento de cada unidade, observado sempre o limite de competência.

Para todas as obras realizadas com recursos financeiros de terceiros (financiamentos), a Unidade de Serviços de Finanças – USFI acompanha a evolução dos gastos comparativamente ao realizado e orçado (“comprometido” x “liberado” pela fonte financiadora). Essas informações são repassadas para a diretoria da Sanepar mensalmente, mediante relatório gerencial. Sob a responsabilidade das Unidades de Serviços de Projetos e Obras – USPO, estão o desempenho da obra, atendimento aos requisitos previamente definidos em contrato e avaliação da empreiteira que realiza os trabalhos. O não cumprimento dessas regras por parte da empreiteira pode ocasionar o cancelamento do contrato.

As obras são controladas contabilmente pela Coordenação de Contabilidade Patrimonial da Unidade de Serviço Contábil. É aberto um código de centro de custo por obra para registro dos valores gastos até o seu término. Com o Laudo de Recebimento de Obras – LRO, todos os valores agregados ao seu código específico são imobilizados e inicia-se a depreciação/amortização. Os controles do imobilizado da Sanepar são efetuados de forma satisfatória ao atendimento das necessidades da Companhia, bem como os critérios de manutenção, reposição, qualidade dos sistemas utilizados, acompanhamento da realização de obras e seus respectivos registros são adequados às práticas usuais, sendo a amortização/depreciação efetuada com índices legais aplicáveis e de forma unitária, levando em consideração a vida útil dos bens.

CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS

O recrutamento e seleção do quadro de pessoal da Companhia ocorrem por meio da realização de concurso público, estabelecido por Lei. As demissões, por sua vez são repassa-

das e processadas pela Unidade de Serviço de Recursos Humanos - USRH. A Companhia trabalha com sistema eletrônico de cartão ponto e em algumas localidades e endereços, o apontamento é manual. Nesse caso, a Unidade é responsável pela alimentação dos dados no sistema, controlado diretamente pela USRH. Após a integração da folha de pagamento no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, são selecionados alguns registros funcionais para efetuar testes dos cálculos das provisões (selecionados aleatoriamente entre demitidos, férias antecipadas, férias mês anterior, mês e próximo mês, coletivas e afastados).

Depois da conferência das fichas financeiras (caso não existam irregularidades) é solicitado o cálculo geral das provisões. Em seguida é gerado o relatório “resumo das provisões e encargos sociais”, por meio do qual é verificado se os códigos das provisões estão corretos, seguindo alguns processos (cálculo de códigos) preestabelecidos.

A emissão da folha de pagamento é efetuada pelo software FatoRH, a partir do dia 25 de cada mês, em caráter final. Os holerites são disponibilizados, via sistema, entre os dias 25 e 26 de cada mês, para que os funcionários visualizem seus vencimentos. A contabilização da folha de pagamento é realizada via integração de sistemas da área de pessoal com a área contábil, assim como os cálculos das provisões para as férias, 13º salário, seus respectivos encargos e outros benefícios controlados pela área de pessoal.

O pagamento mensal de salários gerados pelo sistema da folha, férias e 13º salário, é feito também via integração dos Sistemas de Recursos Humanos e Financeiro. A conferência do pagamento e das baixas é realizada pela Unidade de Serviço Contábil - USCT, por meio do “relatório de inconsistências”. Nessa fase do processo, no último dia útil, são pagas as associações, sindicatos e adiantamentos às Fundações de Previdência, de Assistência, etc. Os pagamentos aos funcionários são efetuados por meio de depósito em conta corrente ou por conta salário.

Os encargos sociais, tais como IRRF, INSS, SESI, SENAI, Contribuição Sindical e FGTS possuem procedimentos de conferência, com base no resumo da folha de pagamento, emissão das guias e pagamento conforme vencimento efetuado pela Unidade de Serviço de Finanças – USFI, conferido pela Unidade de Serviço Contábil – USCT.

A Companhia possui um Programa de Participação nos Resultados, cujo percentual a ser distribuído aos empregados está condicionado ao percentual de atingimento de metas de grupo de indicadores relevantes para a Companhia em relação ao valor dos dividendos obrigatórios acrescidos dos dividendos adicionais e/ou juros sobre o capital próprio que, eventualmente venham a ser distribuídos aos acionistas. O valor distribuído é igualitário para todos os empregados, conforme lei.

Os níveis de segurança e controle dos elementos sigilosos dos bancos de dados e outros são satisfatórios e os procedimentos de revisão de dados, particularmente os geradores de desembolsos, são adequados à natureza das atividades desenvolvidas pela área de administração de recursos humanos.

CONTROLE DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS LIGADAS

Em 2014, a Sanepar e a Catallini Bioenergia formaram a joint venture CS Bioenergia S.A., com o objetivo de produzir energia elétrica a partir do logo do esgoto, em uma unidade de biodigestão construída ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, em Curitiba.

O investimento da Companhia contabilizado com base no método da equivalência patrimonial foi reconhecido inicialmente ao custo, e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Em 2017, a CS Bioenergia S.A. iniciou a pré-operação, com o intuito de garantir o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é processo integrante de uma das unidades da estrutura da Sanepar denominada GCIA - Gerência de Controle Interno e Auditoria. A sua atuação abrange todas as unidades do Estado do Paraná que tem como objetivo assessorar a Diretoria da Companhia assegurando o

cumprimento dos princípios institucionais, políticas, planos e metas, com independência, imparcialidade e objetividade, observando aspectos legais, normativos, éticos e organizacionais, e agregando valor aos processos auditados. As modalidades de auditoria são:

- Auditoria de gestão de processos: exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em determinado processo ou área, cujo objetivo é verificar se estão de acordo com as disposições planejadas e/ou normatizadas, bem como garantir a qualidade, confiabilidade dos sistemas e melhoria da eficácia do processo, de acordo com a lei e normas vigentes. Os processos auditados em caráter contínuo, nessa modalidade são os sistemas: Gerencial de Manutenção – SGM; de Serviços Comerciais de Campo – SCC; de Manutenção de Esgoto – SME; de Gestão Comercial e Arrecadação – SGC; de Gestão de Empreendimentos; de Gestão Administrativa das unidades; de Manutenção Eletromecânica – USEMs; Financeiro, subprocesso de Contratação – SFI; Segurança e Medicina do Trabalho e de Gestão de Riscos Operacionais. Esse trabalho tem as seguintes etapas: elaboração de quadro de validação; planejamento de auditoria; análise documental; diligências na unidade e nas obras; elaboração de relatório; apresentação do relatório ao gerente da unidade de projetos e obras auditadas; análise e considerações quanto aos Planos de Ação de correção de não conformidades propostos pelo gerente da unidade auditada; execução de Auditoria de Controle e encaminhamento de relatório estratégico à diretoria da área auditada.
- Auditoria de Controle: trabalho executado pelo controle interno com o objetivo de avaliar o plano de ação apresentado pela unidade e verificar a eficácia das ações. Após a entrega do relatório de auditoria à área gestora, o gerente da unidade encaminha à Auditoria Interna, no prazo definido, um plano de ação para correção das não conformidades apontadas pela Auditoria. Esse trabalho tem as seguintes etapas: planejamento; elaboração de quadro de validação; análise documental; diligências na unidade e sistemas corporativos para a execução de Auditoria de Controle; elaboração de relatório; apresentação do relatório ao Gerente Geral competente e respectivo gerente da unidade auditada e encaminhamento de relatório estratégico à diretoria da área auditada.

- **Averiguação Preliminar:** objetiva a análise preliminar de fatos e a necessidade de instauração pela Diretoria da Presidência de auditoria especial ou ainda de encaminhamento a Comissão de Procedimento Disciplinar Interno para medidas administrativas. Esse trabalho tem as seguintes etapas: recebimento e análise da denúncia; planejamento; análise documental; diligências; realização de oitivas; elaboração do relatório; e apresentação do relatório ao Diretor Presidente caso de indicação para abertura de Auditoria Especial; encaminhamento à Comissão de Procedimento Disciplinar para definição de penalidades cabíveis.
- **Auditorias especiais:** trabalho de assessoria da Diretoria da Presidência com o objetivo de verificar fatos e responsabilidades de empregados da empresa e terceirizados, visando comprovar a legalidade, a legitimidade e adequabilidade dos atos. A demanda dessa modalidade de Auditoria pode ser originária: (i) do canal de denúncias (Ouvitoria da Sanepar); (ii) do encaminhamento diretamente à Auditoria Interna pelo denunciante; (iii) solicitação formal do Diretor-Presidente; (iv) ou por consequência direta de levantamentos/recomendações dos trabalhos de auditoria de gestão de processos, mediante prévia autorização do Diretor-Presidente. Esse trabalho tem as seguintes etapas: recebimento e análise da denúncia; planejamento; análise documental; diligências; realização de oitivas; elaboração do relatório; e apresentação do relatório ao Diretor-Presidente para encaminhamento à Comissão de Procedimento Disciplinar para definição de eventuais penalidades a serem aplicadas aos empregados denunciados, quando cabíveis.
- **Achado de Auditoria:** procedimento de elaboração de documento que relata fatos relevantes e/ou graves encontrados pelos auditores e/ou controladores no exercício de suas atividades, com necessidade de tratamento diferenciado e imediato. Esse trabalho tem as seguintes etapas: Análise da situação encontrada; elaboração do relatório e encaminhamento ao superior hierárquico para tomada de decisão.
- **Nota Técnica:** documento elaborado pela equipe de auditores, quando da análise do plano de ação e a não adequabilidade da ação apresentada pela unidade auditada a não conformidade e/ou risco apontados. Esse trabalho tem as

seguintes etapas: análise do plano de ação e elaboração de nota técnica para os planos executados pela unidade que o auditor julgar incompatível com a não conformidade ou com necessidade de complementação, com objetivo de orientar o auditor executor da auditoria de controle.

Após a aprovação do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, no qual também são estabelecidos os valores com custeios da área e investimentos necessários, a Gerência de Auditoria Interna possui total independência para realizar seus trabalhos. Esse plano é executado com base no mapeamento dos principais processos corporativos e seus respectivos riscos. Além disso, prioritariamente, a unidade tem como meta o atendimento aos pressupostos de governança corporativa.

Os auditores submetem-se a atualizações quanto aos procedimentos adotados. Essas horas são contabilizadas em indicadores que compõe o planejamento da área e corporativo. Além disso, a unidade mantém permanente discussão com os gestores dos principais processos corporativos, objetivando permanente atualização técnica de conceitos e finalidades. O quadro de auditores e controladores é composto por profissionais com experiência técnico-acadêmica nas áreas de engenharia, direito, administrativa, contábil, administração e analista de sistemas, além de conhecimento dos processos internos da Companhia e respectivos sistemas corporativos.

PRECAUÇÃO CONTRA OS RISCOS

Em 2017, a Sanepar implementou o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos com suporte de consultoria especializada, por meio de mecanismos que incorporam a gestão de risco em todas as instâncias decisórias da Companhia: conselhos, diretorias e gerências, prevendo ainda, a capacitação de agentes internos e o alinhamento das rotinas de controles e auditorias internas.

A Matriz de Riscos Estratégicos foi definida com base na metodologia COSO – ERM e identificou 25 Riscos Estratégicos e 115 Fatores de Riscos, priorizados e validados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração. Nessa primeira fase do processo de gestão de riscos, foram definidos seis riscos estratégicos.

8. FATORES DE RISCOS

Os seis riscos estratégicos, priorizados e validados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração, a partir da Matriz de Riscos Estratégicos, estão apresentados a seguir, com a sua descrição, os principais pontos de mitigação e os seus respectivos responsáveis.

Risco	Descrição	Pontos de mitigação	Dono do risco
Redução de receita	Risco de natureza financeira voltado à gestão operacional e ligado à perspectiva estratégica Sustentabilidade, em busca do equilíbrio econômico, financeiro e socioambiental da Companhia.	Redução de fraudes, índice de inadimplência, interrupção no fornecimento de água, diminuição de consumo, utilização de fontes alternativas pelos clientes e perdas de água acima do previsto.	Diretor de Operações
Não renovação ou perda de contratos de programa	Risco de natureza contratual voltado para a gestão das concessões e ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade e Clientes, com foco na manutenção e na ampliação do mercado de atuação da Companhia.	Reduzir o não cumprimento das metas contratuais, a ampliação e agressividade da concorrência, buscar o reconhecimento da relação custo x benefício, diminuir as influências do macroambiente político e econômico e a insegurança jurídica.	Diretor Comercial
Não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais	Risco de natureza ambiental voltado para a gestão operacional e de compliance ambiental, ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade, Clientes e Processos, que focam na manutenção e ampliação do mercado de atuação da Companhia, no fortalecimento da imagem da empresa e na garantia da gestão ambiental.	Evitar a operação inadequada de estações, a morosidade na implantação e regularização ambiental, alterações legais, autonomia dos municípios na definição de requerimentos ambientais e falha nos projetos relacionados aos aspectos ambientais.	Diretor de Meio Ambiente e Ação Social
Falhas na concepção e a não execução do Plano Plurianual de Investimentos	Risco de natureza operacional voltado à gestão dos empreendimentos, ligado à perspectiva estratégica Clientes, que tem como o objetivo promover a universalização do saneamento ambiental.	Reduzir a baixa disponibilidade de fornecedores qualificados, a inclusão de projetos não priorizados no plano de investimentos, a ausência de institucionalização do plano plurianual, o atraso na criação dos projetos e complexidade no atendimento aos requisitos regulatórios.	Diretor de Investimentos
Falha no posicionamento perante sociedade do propósito Sanepar	Risco de natureza de imagem voltado a gestão da comunicação, ligado às perspectivas estratégicas Clientes e Pessoas, que buscam elevar a satisfação do cliente e a atuação da empresa com responsabilidade socioambiental.	Melhorar as formas de comunicação, sensibilizar os clientes sobre a cadeia de valor do processo de fornecimento de água e coleta de esgoto, diminuir a deficiência no processo de comunicação e a deterioração da reputação/marca.	Diretor-Presidente
Desequilíbrio econômico-financeiro frente aos contratos de programa	Risco de natureza financeira voltado para a gestão regulatória, ligado à perspectiva estratégica Sustentabilidade, com foco na sustentabilidade econômico, financeira e socioambiental dos negócios.	Reajuste da tarifa, reduzir o aumento dos custos operacionais e de novos contratos com municípios deficitários e sem planejamento, ter cautela quanto a investimentos não prudentes e evitar a falha no atendimento ao novo modelo de composição tarifária ("Fator X").	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

9. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração dos Agentes de Governança da Companhia, está alinhada às melhores práticas de mercado. Ela também está em concordância com o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social, sempre com a visão de estimular o alinhamento dos objetivos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

Nos termos do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976 e o § 6.º do artigo 16, § 3.º do artigo 26 e o artigo 33 do Estatuto Social, a Assembleia Geral aprova o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Conforme consta no Estatuto Social da Companhia há a aprovação de forma global pela Assembleia Geral Ordinária e definição e aprovação de forma individual pelo Conselho de Administração.

A Companhia pratica o PPR – Programa de Participação nos Resultados baseado no resultado dos indicadores de desempenho mais representativos para o negócio da Empresa. No entanto, o valor distribuído é igualitário e fixo para todos os membros da Diretoria e empregados da Companhia (Decreto nº 1.978 de 20 de dezembro de 2007, Decreto nº 5.631 de 28 de outubro de 2009 e Decreto nº 6.453 de 12 de março de 2010), com periodicidade de pagamento anual, tendo a base de cálculo os lucros ou resultados globais, não havendo a incidência de encargos trabalhistas, sendo sua oficialização por meio de acordo com os trabalhadores.

A distribuição de resultados da Companhia, dentro do limite de 25% do total de dividendos distribuídos aos acionistas, se baseia nos indicadores institucionais definidos em acordo coletivo de trabalho, demonstrados abaixo.

Indicadores

Indicadores A	Indicadores B
Acréscimo de ligação de água	Índice de perdas de faturamento
Acréscimo de ligação de esgoto	IARCE – índice de atendimento com rede coletora de esgoto
ICP – índice de conformidade com a portaria	IARDA – índice de atendimento com rede de água
SNIS – Índice de esgoto tratado	Índice de empregados com 20 (vinte) horas de treinamento
Índice de satisfação do cliente externo	VML – volume micro medido por ligação
IPL – índice de perdas por ligação dia	Margem EBITDA
Índice de produtividade de pessoal	ICC – índice de contratos de concessão
Evasão de receita	
Resultado líquido	

Maiores informações sobre a remuneração dos administradores podem ser obtidas no Formulário de Referência (disponível no www.sanepar.com.br/investidores), seção 13.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Sanepar, em cumprimento à Lei 11.445/2007, atua num ambiente regulado, conta com uma área específica dedicada ao tema e vem trabalhando na capacitação dos empregados. Em 2017, a Empresa implantou um modelo voltado para o realinhamento econômico da tarifa. A partir de metodologias de Revisão Tarifária Periódica (RTP), de reajuste tarifário (IRT), da atualização dos valores da base de ativos, adequou-se à real necessidade de investimentos.

No primeiro trimestre de 2017, a atualização da tarifa foi submetida ao órgão regulador – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura de Paraná (AGEPAR), cujas competências foram instituídas pela Lei Complementar nº 202/2016. Trata-se da primeira tarifa da Companhia definida dentro do marco regulatório do saneamento básico, com revisão prevista a cada quatro anos.

Em conjunto com o regulador, a Sanepar está revisando o Regulamento Geral dos Serviços, além de realizar outras atividades inerentes ao processo regulatório. A Sanepar acredita que o aprimoramento do modelo tarifário proporciona valores justos e adequados à tarifa que garante a qualidade e o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

Em busca do aprimoramento contínuo, a Companhia adotou uma série de medidas alinhadas ao Nível 2 de governança do mercado de capitais. As iniciativas também asseguraram a adequação à Lei n.º 13.303/2016, que regulamenta a atividade econômica das empresas públicas, sociedades de economista mista – caso da Sanepar e subsidiárias.

O Conselho de Administração (CA), responsável pela condução estratégica do negócio, é composto por nove membros efetivos, sendo necessariamente um deles eleito entre os empregados e 25% dos membros independentes. Todos têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, limitado a três reconduções consecutivas. As reuniões acontecem mensalmente, com possibilidade de convocações extraordinárias. Fazem parte das atribuições do Conselho: fixar a orientação geral do negócio, realizar gestão de risco, fiscalizar a

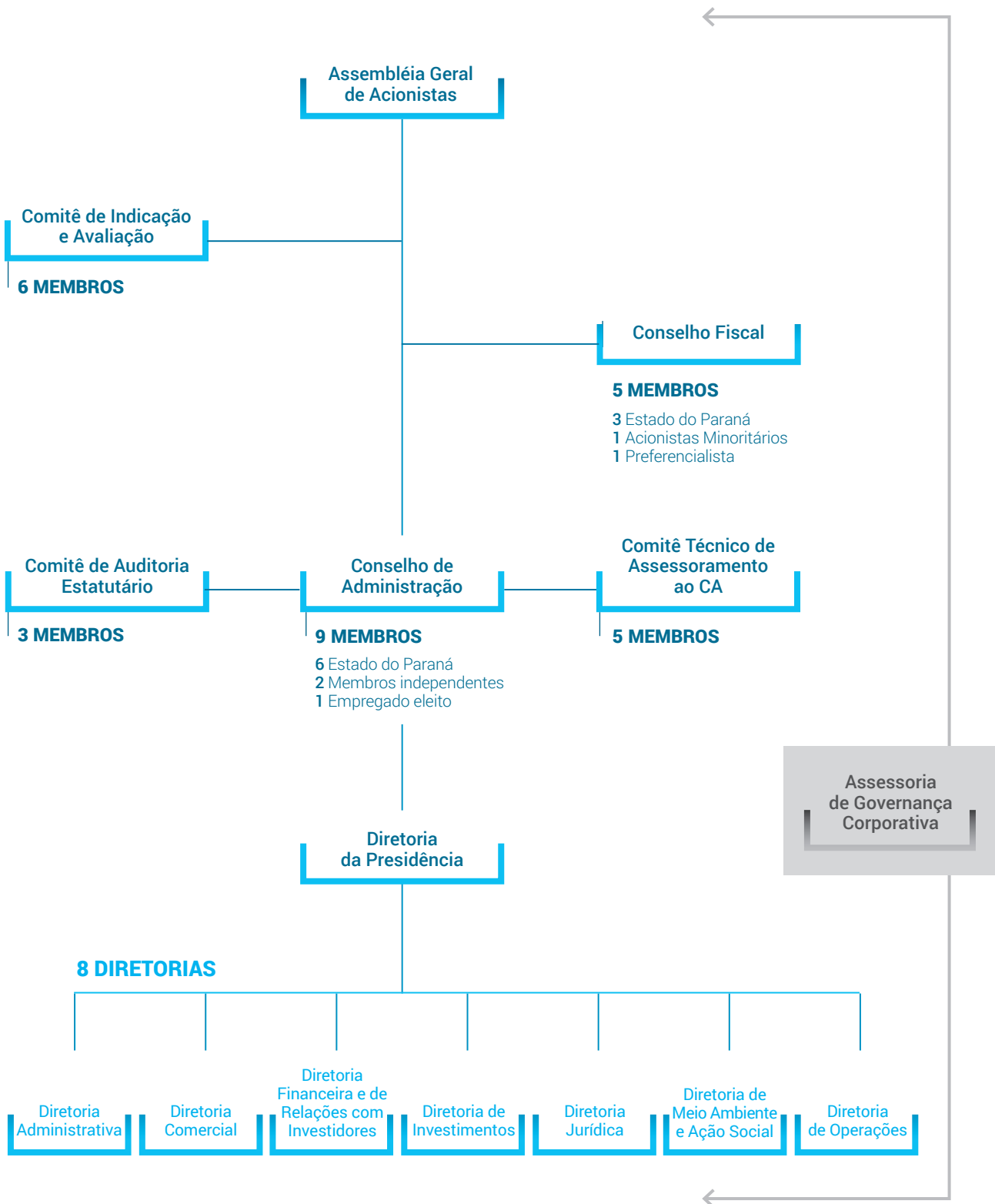
atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes e homologar processos licitatórios e compras públicas acima do valor determinado pelo Estatuto Social da Empresa, além de diversas outras atribuições constantes no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia também tem um Comitê Técnico, cuja função é assessorar tecnicamente as tomadas de decisão do Conselho de Administração, um Comitê de Auditoria Estatutário e um Comitê de Indicação e Avaliação, atendendo ao disposto na Lei 13.303/2016.

O Conselho Fiscal acompanha as práticas fiscais e contábeis da Companhia e a prestação de contas anual, além de outras atribuições legais. É composto por cinco membros, sendo um deles indicado pelo acionista minoritário e outro pelo preferencialista. Os conselheiros são eleitos anualmente pela Assembleia Geral, limitado a duas reconduções consecutivas. O órgão é permanente e se reúne mensalmente.

Com a responsabilidade de executar a estratégia de negócio e as diretrizes gerais estabelecidas pelo CA, a Diretoria Executiva é composta por oito membros aptos para exercer a função, com formação específica para o cargo e reputação ilibada. Essa diretoria se reúne semanalmente ou de forma extraordinária, desde que convocada pelo Diretor-presidente ou por dois Diretores. A estrutura de governança corporativa da Sanepar está representada no organograma.

ORGANOGRAMA



FOLHA DE ASSINATURAS

Folha de assinaturas integrante da Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, aprovada na 3ª/2018 Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar realizada aos 13 de março de 2018.

Mauro Ricardo Machado Costa
Presidente

Adriano Cives Seabra
Conselheiro

Elton Evandro Marafigo
Conselheiro

Ezequias Moreira Rodrigues
Conselheiro

Sezifredo Paulo Alvez Paz
Conselheiro Suplente

Paulino Viapiana
Conselheiro

Eduardo Francisco Sciarra
Conselheiro

Marcia Carla Pereira Ribeiro
Conselheiro

Luiz Carlos Brum Ferreira
Conselheiro

